

A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR EM FACE DA REALIDADE BRASILEIRA

Faculdade Nacional de Filosofia -
1ª aula do curso de Introdução à
Administração Escolar, - 25.03.958
- 4º ano - Didática,

1. Que será a realidade brasileira? Já Pedro I falava nessa "realidade"... E desde que começamos a penosa história de nossa autonomia intelectual fazemos a perene indagação. Somos, entretanto, um transplante — de galho — da chamada civilização ocidental ou cristã. Desde o início, porém, o galho utilizado não foi uma vergôntea nova — mas um galho restaurado. Nascermos como fruto de uma contra-revolução religiosa — a contra-reforma...
2. Conservadores à outrance, a nossa formação religiosa foi ultramontana, a nossa formação social, escravagista — sobre o fundo rústico e primitivo da vida de adaptação tropical do índio... Guardados vivamente pelo soldado português omnipresente, escapamos quase de todo ao contacto europeu, ao fermento do pensamento novo da Europa e às próprias revoluções inglesa, americana e francesa só nos chegamos aos embates de outro movimento de restauração: o napoleônico, que nos joga para aqui a família real portuguesa.
3. O século XIX é que nos põe verdadeiramente em contacto com a Europa e com a América. Começa, então, a nossa retardada adolescência... o embate da criança arcaica — ultramontanismo religioso, primitivismo tropical — a civilização portuguesa só possui a vela, o carro de boi e o burro — o cavalo e o carro de cavalo não chegaram a sair da cidade — civilização do couro — com a do adolescente libertário... O adolescente foi suplantado pela criança arcaica e todo o século XIX transcorreu no regime patriarcal, autoritário, benevolente e cordato de imperador-mestre-escola, que se deixou pacificamente demitir em 1889, pelos jovens alunos republicanos das esco-

las de direito e da escola militar.

4. Começamos, então, a nossa história republicana — que é ainda uma luta entre o Brasil arcaico, conservador, autoritário e o novo Brasil, impregnado de idéias francesas e de direito anglo-saxônico. Tomamos de empréstimo as formas políticas aos EE.UU. e procuramos enxertá-las no velho institucionalismo burocrático da ordem colonial, conservada pelo período de museu, que foi a monarquia.
5. De certo modo, agravou-se a crise de adolescência, com a sua larvada esquisofrenia... Éramos duas almas: de um lado, o Brasil antigo, estratificado em privilégios senão castas, com uma civilização de cúpula, já sem escravos, mas, resistente nos seus gostos aristocráticos... de outro, o Brasil novo, ensaiando os primeiros passos de uma nova civilização — industrial e científica, re-aprendendo a fé em seu país... experimentando formas políticas superiores, em absoluto antagonismo com a sua história autocrática e privatista, renovando seu direito e suas instituições de acôrdo, — verbalmente — pelo menos — com os melhores modelos do mundo...
6. Assim, chegamos a 22 e, com o centenário da independência, aos problemas da revolução de 30. Essa revolução é a nossa revolução política. A despeito do parêntesis fascista, chegamos à democracia política, mas, chegamos aí tarde, quando o processo mais profundo da revolução industrial e tecnológica, já nos estava chamando para a revolução econômica e social.
7. Saímos, pois, em 30, de nossa crise de adolescência política, para entrarmos na grande crise do nosso tempo, que é a da extensão definitiva dos benefícios da civilização a todos, a êsses todos que insistimos em chamar — de forma negativa — massas, como se existência só pudesse sem ter os privilegiados — designação em que fundimos ou isolamos o nosso conceito de "homem"...

8. De sorte que a nossa realidade se resume hoje em três elementos: o arcaico, compreendendo as diversas culturas caboclas — caipira, tabaréu, e os resíduos de absolutismo aristocrático e burocrático, que o instrumentam, o privatismo, o coronelismo, o aristocratismo jurídico; o democrático-político, com o institucionalismo formal da democracia e os novos direitos do sufrágio universal e secreto; e o democrático-econômico, com as conquistas do direito social e a nascente igualdade econômica.
9. A dinâmica dessa tripla realidade está operando, de forma perfeitamente visível, a unificação do povo brasileiro. O processo, que ocorreu, nos EE.UU., graças a um conjunto de circunstâncias felizes, sobretudo à ausência no norte dos fenômenos de estratificação social e, de certo modo, em toda a Europa de oeste, de amalgamação social, isto é, o reconhecimento, de fato e não apenas de direito de todos os cidadãos como indivíduos iguais e com iguais prerrogativas está-se processando no Brasil. Os servos, os semi-escravos, os párias e semi-párias ainda estão entre nós. Mas, já não há quem lhes negue formalmente os mesmos direitos que tínhamos nós, ao tempo, em que falávamos nós e o povo...
10. Somos, assim, finalmente um só povo unificado, com direito a oportunidades iguais, e a se distribuir, pelos diferentes escalões da vida, na medida de suas aptidões e seus méritos. Essa consciência de direitos comuns gera imediatamente a consciência de direito à educação — pois, a educação nada mais é que o processo pelo qual o homem desenvolve as suas potencialidades e se distribui pelos diferentes níveis de ocupação da sociedade dinâmica em que se transformou, pela revolução industrial e tecnológica, a sociedade moderna.
11. A sociedade moderna pode ser, entretanto, democrática e anti-democrática. Existe, na sua trama, potencialidades

para uma e outra direção. A democracia tem de ser uma opção, fundada no ato de fé de que não há homens nem grupo de homens suficientemente bons para dirigir os outros sem o seu consentimento, nem homens tão desprovidos que não tenham algo a contribuir para a direção social.

12. Esta fé democrática não orienta apenas o governo político da nação. Mas, tôdas as fases de governo da sociedade: o governo na família, na indústria, nas organizações privadas e, sobretudo, na escola. A crença democrática importa em um modo de viver, em um estilo de vida, que dirige e comanda a vida dos homens em todos os seus aspectos privados e públicos, gerando o sentimento de fraternidade humana, de reverência pelo homem, seja lá qual fôr a sua idade, o seu sexo, a sua inteligência, ou a sua posição social, reverência que não é apenas sentimento, mas, a convicção profunda de que cada indivíduo é capaz de contribuir para o seu desenvolvimento e o desenvolvimento dos outros, representando potencialidades e forças que, se forem coarctadas e não devidamente liberadas — empobrecerão não só a sua vida como a vida do conjunto dos seres humanos.
13. Não será demais dizer que a opção do povo brasileiro já se consumou. Optamos pela democracia. Tôda a nossa história recente — dos últimos sessenta ou setenta anos — é uma afirmação de igualitarismo, de repugnância consciente a hierarquias que não sejam as do mérito ou do suposto mérito, ou se quiserem a hierarquias que não sejam transitórias... Vamos até um pouco longe demais... ao "Você" não é melhor do que "eu" que é, na frase de B. Russell, a forma espúria do "Sou tão bom quanto você"...
14. Mas, se a democracia é uma opção — está claro que é algo que se prepara, se organiza, se planeja e se faz... e não que nos caia de presente do céu... Sendo uma teoria social, ou filosofia social, fundada na participação de todos nos atos de responsabilidade da vida, é evidente

que se deve preparar cada um para essa participação, sob pena de se criar confusão e anarquia e não democracia.

15. Porque, democracia não é cada um fazer o que quiser — mesmo com a restrição: desde que não interfira na liberdade alheia — mas, cada um fazer o que deve — à luz de uma discussão de que tenha ou possa ter participado.
16. Com efeito, democracia não é liberdade de ação, mas, liberdade de pensar. As forças liberadas pela democracia são as do pensamento, que irá produzir a unidade de ação, consentida e partilhada, que é a essência da liberdade democrática de ação. Todas as constituições registram isto: liberdade de reunião, de debate, de associação. Nem sempre se dá o devido relêvo a essa liberdade maior, que é a liberdade de pensar da democracia...
17. E por isto mesmo é que democracia só se realiza pela educação, compreendida como o processo de aprender a pensar, ia dizer autônomoamente. Mas seria um pleonasma, pois, não se pode pensar sem autonomia. Pela educação democrática, cada homem se faz capaz de partilhar da vida em comum e de dar a si e a essa vida comum a sua contribuição necessária e única.
18. Em face de tudo isto — qual a filosofia da administração escolar? Está já evidente que não seria possível, sem contradição fundamental, uma filosofia antidemocrática de governo escolar. Considerada a democracia não apenas uma forma de governo político mas um modo de vida do homem, a administração ou o governo de qualquer dos grupos secundários sociais deve ser democrática e com maior razão, a escola, pois esta instituição tem deveres especiais para com êsse modo de vida, e é, de certo modo, o preparo do homem para a sua participação na obra comum de pensamento, força suprema da direção humana.
19. Está claro que todas as instituições são educativas, pois, por meio delas, se formam as disposições, hábitos e ati-

tudes emocionais, morais e intelectuais. Mas, de tôdas elas, a família e a escola são as fundamentais. É de absoluta importância, para a formação democrática, que essas duas instituições se impregnem dos princípios democráticos, pelos quais, o homem deve participar e aceitar o pensamento que lhes dirige a ação. Na família ou na escola, o governo não deve ser imposto do alto mas o resultado do pensamento partilhado dos que mandam e dos que obedecem.

20. A nossa discussão poderia terminar aqui. Mas, há considerações e desenvolvimentos que se impõem para não ficarmos em uma simples afirmação de princípios.
21. Historicamente, a família e a escola vêm de períodos em que dominava a teoria de governo imposto de cima para baixo. A substituição desse método pelo método de consulta e persuasão só com a democracia veio a surgir. E, de início, somente para o governo do Estado, o governo político. A sua introdução na família e na escola vem-se fazendo como a consequência de uma revolta generalizada dos "subordinados" — isto é — dos que, por teoria, deviam apenas obedecer: a mulher, a criança, o professor...
22. O sistema autocrático das escolas, por isto mesmo que resultado de longas condições históricas, não é, como igualmente o da família, algo de consciente. Resultado de hábitos e tradições, o déspota escolar não é um ditador de liberado mas um ditador cândido e magoado ante a desobediência dos seus amados súditos. Tal qual, como na família.
23. Algo já fez a democracia em relação aos alunos, no sentido de tratamento pessoal dos mesmos. A velha crueldade escolar, manifestada no regime de penas e castigos, está praticamente abolida. Mas, isto é só uma parte da questão. A mais importante está por fazer. É a da participação integral do aluno na atividade escolar — levando-se em conta seus interesses reais e a sua preparação pa

ra o futuro à luz de suas necessidades presentes...

24. Tal problema, entretanto, está subordinado ao da administração democrática das escolas. E, neste aspecto, a situação brasileira é muito complexa. Não é, propriamente, o administrador a autoridade autocrática. Entre nós, a autocracia é a da lei e a da autoridade centralizada. Não são apenas os professores mas também os diretores e administradores escolares, que estão obrigados a fazer o que não pensaram, nem decidiram. Os assuntos de organização da escola, de currículo, de métodos, de disciplina, de programas, de horários, etc., todos são estabelecidos por lei e esta lei interpretada por autoridades centrais e distantes. É evidente que nada disto concorre para a democracia na escola nem a conseqüente formação dos hábitos, atitudes e emoções necessárias ao funcionamento democrático.
25. O administrador escolar, entre nós, é ele próprio vítima de um regime autocrático. Natural, portanto, que se mostre pouco democrático nas suas atitudes, ou, o que é pior ainda, solidário com as atitudes dos demais "governados" pelo método autocrático.
26. Porque é indispensável caracterizar aqui as conseqüências habituais do regime antidemocrático. Condenada a não participar, a criatura humana perde o interesse na atividade e passa a fazer somente o que lhe é mandado. Perdendo o interesse, não se responsabiliza pelo resultado. Sem responsabilidade pelos resultados, passa a evadir-se senão a enganar, chegando, assim, à sabotagem descoberta ou oculta. Daí todo regime autocrático não poder escapar de se basear na força. A sua parte de persuasão é sempre supletiva e cada vez menos eficiente.
27. Voltando, porém, às conseqüências de um regime antidemocrático, não é necessário grande esforço para mostrar que, em nossas escolas, dominam elas soberanamente. A revolta e não cooperação dos alunos atingiu à generaliza-

ção da cola e seus coralários. A atitude dos professôres ainda é predominantemente indiferente e passiva, com sinais à mostra de revolta. E, de modo geral, a escola está longe de possuir qualquer integração.

28. Urge a sua recuperação democrática, que se deverá processar com a alteração do conceito do âmbito da lei em questões de ensino e a devolução à escola dos direitos de fixar, pelo debate, pela discussão, pela competência técnica, a organização da escola, o currículo, os métodos de ensino e de disciplina e as relações entre os alunos, professôres, orientadores e diretores.
29. Sòmente depois disto, o administrador se poderá fazer o administrador democrático, lidando, democraticamente, isto é, pela consulta prévia, discussão e deliberação coletiva, com o problema técnico-profissional da escola, o problema político de relações humanas, com o público, os pais, os mestres e os alunos e o problema técnico-administrativo de gerência da escola como estabelecimento de educação. Para isto, precisa êle de ser um educador, conhecedor da ciência e da arte de educar, um político, isto é, um conhecedor dos problemas de relações humanas e um executivo, isto é, um administrador pròpriamente dito.
30. Para integrar essas funções múltiplas e diversas, precisa o administrador de uma filosofia geral em relação à posição da escola na sociedade. Se julga que o papel da escola é conservar o que aí está, será êle um servidor dos interêsses e paixões do momento em que viver. Se o papel da escola é cooperar nas transformações em curso, a sua missão será mais difícil mas bem mais interessante. A escola passará a ser uma comunidade melhor que a comunidade dominante e o educador a dirigirá por meio de uma liderança inteligente, jogando com os estímulos das mudanças e dos conservantismos, para um saudável equilíbrio de reconstrução. Afinal, na escola, se encontram a juventude, o progresso intelectual e o progresso social...

ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA ESCOLA

1. Vimos na aula anterior que, admitido o regime democrático, o mesmo deve existir tanto no grupo político, quanto nos grupos secundários.
2. Governo, controle, administração existe sempre que certo número de pessoas se empenham juntos em alguma ação. Há pois governo na família, no clube, nos jogos, na escola, na igreja, etc., etc.
3. Se o governo político é democrático, com maior razão devem ser democráticos os demais governos dos grupos especiais. Mas se estes últimos não forem democráticos, a democracia política será sempre algo de precário.
4. O modo pelo qual forem controlados ou governados os grupos especiais influi inevitavelmente na formação de atitudes, disposições, gostos, interesses, propósitos e desejos. Ainda mais a escola. A contradição brasileira está em que ao governo democrático do país opõe-se a organização antidemocrática das escolas.
5. A organização pública das escolas: problema técnico-pedagógico; problema político; problema técnico-administrativo ou gerencial. Área legal dêesses problemas e área técnica ou científica. Caso brasileiro e correção a fazer.
6. Organização industrial e organização do ensino. Serviços públicos industriais e serviços públicos de ensino. Planejamento, divisão de trabalho, estandarização na indústria e no ensino. Organização do poder e organização do ensino.
7. Difusão do poder democrático. A educação, sua necessidade de autonomia. Descentralização e democracia. Localismo e unidade. Centralização brasileira. Seus aspectos antidemocráticos. Seus aspectos antieducacionais.
8. Possível plano de descentralização escolar. A federação brasileira. União. Estado. Município. Fundos de educação e integração do sistema escolar brasileiro.
9. Bases do financiamento de um sistema democrático de educação, pelo qual se assegurem a autonomia, a progressividade e a eficiência da educação.
10. O mestre, o supervisor, o administrador e os auxiliares burocráticos e materiais do serviço educacional.

ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA

1. A educação e o ensino como função da família.
2. A educação e o ensino como função da igreja.
3. A educação e o ensino como função do Estado.
4. Natureza da administração da educação e do ensino.
5. Papel primacial do mestre e da classe.
6. Situação brasileira — lembrando a da Europa — Govêrno Federal: Colégio Pedro II e algumas escolas superiores. Contrôle legal das escolas. Não havia administração nas escolas. Exemplo da Bahia em 1923.
7. Situação americana — História versus Planejamento.
8. Estudos necessários para permitir o planejamento da educação: prédio; programa; testes e medidas, matrícula e freqüência, biblioteca, auditório, finanças escolares; aspectos padronizáveis, aspectos relativos ao pessoal do ensino. Tipo de administração escolar.
9. Situação brasileira: apenas transferência para a escola de aspectos da administração pública. Confusão entre funcionário e professor. A escola, como repartição. Serviços públicos industriais e serviços públicos de ensino.
10. Necessidade de evitar as centralizações. Caso dos Estados Unidos: máximo de padronização na vida econômica. Localismo na administração das escolas. Europa: centralização legal, mas autonomia do magistério.
11. Escola pública e escola particular. Problemas Administrativos de uma e outra.
12. Conclusão a reter: especificidade da administração das escolas. Aspectos técnicos, aspectos públicos. Seja pública ou particular: a escola precisa continuar escola. Escola pública significa custeada pelo dinheiro público e de matrícula indiscriminada.

* * * * *
* * *
*

A ESCOLA E A SOCIEDADEA escola como um reflexo da sociedade:

estrutura da sociedade brasileira, mudanças em curso nes
sa estrutura, dupla função da escola: manutenção do sta-
tus-quo (conservadora) e promoção da fluidez social (pro-
gressiva).

Aspectos que refletem a situação social:

sistema tradicional: escolas de elite e escolas do povo.
Fusão dos dois sistemas. Distorção da democratização edu-
cacional: todos, elite. Educação para o privilégio.

A escola e a política social democrática:

igualdade de oportunidades e fluidez social. Resistência
do país à necessária mudança de estrutura. Governo da e-
ducação: centralismo e grupos de pressão. Será a socie-
dade brasileira uma sociedade de castas? Distribuição so-
cial (classes) no Brasil e distribuição entre negros nos
EE.UU. Como opera no país a mobilidade social? Passar de
classe é passar de status. Status é sobretudo prestígio
e não, necessariamente, de dificuldade de trabalho. Edu-
cação para o parasitismo ou semiparasitismo.

A administração escolar reflete a situação:

governo centralizado da educação. Receio e desconfiança
do povo. Resistência à autonomia local. Receio de entre-
gar à sociedade a direção da escola. Perplexidades da o-
pinião pública. Contradição brasileira: expansão de opor-
tunidades: expansão de privilégios. Democracia: regime
de trabalho e de competência. Educação como processo de
habilitação e eficiência e não apenas de prestígio. Hie-
rarquia ocupacional e hierarquia de prestígio. Classes e
não castas. Estabilidade e fluidez social.

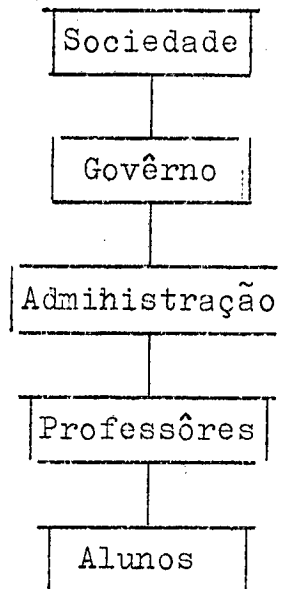
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
A ESCOLA COMO UM SISTEMA SOCIAL

1. A subcultura da escola:

unidade de objetivos e formalismo caracterizam-na, em contraste com o grupo da família ou o grupo dos colegas (peer-group). O mundo da escola: folclore e mito, tradição, tabus, ritos, magias, cerimoniais, mística de participação... comportamentos institucionalizados, costumes, sanções irracionais, ética especial, prêmios, castigos, símbolos, prestígio, hierarquias de idade e de saber, etc.

2. A escola como organização social:

a estrutura social da escola:



Interação entre Professôres e Administradores

Interação entre Professôres

Interação entre Alunos

A escola como um complexo de interações.

3. A escola na comunidade:

a escola como instituição especializada; a escola tradicional; a escola como um modelo de comunidade, no nível elementar, no nível secundário.

4. A escola-comunidade:

a comunidade como base de educação; características da escola-comunidade; tipos de escola-comunidade; requisitos da escola-comunidade; pós e contras da escola-comunidade.

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

ADMINISTRAÇÃO E A AUTONOMIA DO PROCESSO EDUCATIVO

1. Sendo a escola — ela própria — uma sociedade, uma comunidade, — a sua administração não é um simples problema de gerência, mas um aspecto da sua função educativa global.
2. Por isto mesmo, a administração escolar requer um grau de autonomia superior às formas de administração mais usuais: a de produção de bens materiais ou, mesmo, a de serviços susceptíveis de mecanização e estandarização.
3. A unidade da escola é a classe, onde já se encontram os problemas de administração, de orientação e de ensino. O mestre é, assim, também êle um administrador.
4. O administrador escolar é o mestre que se especializa em administração, o orientador, o mestre que se especializa em orientação e o mestre de classe, aquêle que se especializa em ensino.
5. O administrador escolar exerce funções de educação, de política e de gerência: como educador guia, inspira e serve aos orientadores, aos mestres e aos alunos, como político representa a escola junto aos pais e à sociedade e como gerente administra os aspectos materiais do empreendimento que, também, é a escola.
6. Os únicos aspectos susceptíveis de estandarização são tais serviços materiais. A administração dos alunos tem seus aspectos mecanizáveis, desde que não sacrifique a atenção individual ao aluno.
7. Em virtude dessas considerações, a administração geral das escolas deve ser local e a administração de cada escola tão autônoma quanto possível, a fim de permitir a própria autonomia do mestre na classe.

8. A Constituição Brasileira e a autonomia da educação, como função do Estado. Plano de Administração escolar possível para o país, em face da Constituição.

* * * * *
* * *
*

/OBC/

A ESCOLA COMO UMA SOCIEDADE

1. A administração escolar pressupõe uma clara e nítida compreensão dos objetivos da escola, à luz dos quais vai ser a escola organizada.
2. A organização escolar consiste no sistema de relações mútuas entre alunos, professores, supervisores, especialistas, empregados de secretaria e dos serviços e diretor, na distribuição adequada de atividades do currículo e na feliz disposição de todos êsses elementos para a melhor realização dos objetivos da escola.
3. Envolve, assim, problemas de pessoal, de divisão do trabalho, de hierarquia e coordenação de funções, de programa educacional, isto é, de currículo e de métodos. Nenhuma função educativa é mais ampla do que a da administração de escolas.
4. Dada a natureza da função educativa - a transmissão da cultura pela influência de um meio especializado - nenhum outro empreendimento humano apresenta tamanhas dificuldades de conciliação entre organização e integração funcional. O ideal seria que a organização produzisse algo como a transformação de toda a escola em uma pessoa, com as características de espontaneidade, liberdade e unidade da pessoa humana.
5. Diferença e semelhanças entre a organização do trabalho de produção mecânica e a organização do trabalho de produção educativa. A divisão do trabalho em uma e outra. A análise de funções e a sua hierarquização. A padronização dos resultados e a padronização de controles. A delegação de autoridade e responsabilidade. Rotinas e liberdade criadora.
6. A educação como uma das belas artes. Natureza pessoal e não mecânica da arte educativa. Importância, por isto mesmo, do elemento "pessoa" - seja aluno ou professor. Controles internos e não externos. Organização e liberdade. Autoridade por liderança. "Espírito" e "atmosfera", como sucedâneos de "ordem" imposta ou "autoridade" externa. Plasticidade e deslocamentos do elemento "autoridade" na escola.
7. Como o estudo científico pode contribuir para a boa organização do bom funcionamento da escola.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR

1. Toda formação profissional obedeceu, de modo geral, a seguinte evolução: aprendizado direto; preparo intelectual + tirocínio; preparo para as atividades profissionais, integrando estudos e prática.
2. A formação do magistério também acompanhou essa evolução com a primeira fase de aprendizado, a segunda, de estudos intelectuais + preparo pedagógico e a terceira, de integração dos estudos com o tratamento profissional (pedagógico) da matéria ou melhor das atividades de ensino.
3. A terceira fase corresponde a um novo conceito de ensino ou da função do professor, que passa não propriamente a ensinar no velho conceito mas a dirigir atividades de aprendizagem no seu campo.
4. Para isto a formação do professor deveria atender às seguintes condições:
 - 4.1 - Conhecimento do seu campo de estudos.
 - 4.2 - Conhecimento das relações do seu campo de estudos com os demais campos.
 - 4.3 - Conhecimento da sociedade para que vai trabalhar, dirigindo as atividades de aprendizagem dos alunos.
 - 4.4 - Conhecimento do aluno e das suas condições de aprendizagem.
 - 4.5 - Conhecimento do modo de tratar a matéria para a direção das atividades de aprendizagem.
 - 4.6 - Conhecimento dos recursos em material de instrução para a condução das atividades de aprendizagem.
5. A seleção do candidato ao magistério deveria ser feita à luz das necessidades de sua formação e do seu trabalho. Estado atual do estudo dos requisitos pessoais necessários ao magistério.
6. Aspirações e ideais relativos à profissão e à formação dos professores.

.

. . .

.

FILOSOFIA DE EDUCAÇÃO

Que ponto de vista ou filosofia pode melhor servir, hoje, à educação?

- A. A Filosofia de educação estuda os problemas de educação decorrentes de conflitos entre pontos-de-vista em relação à vida. Mostrando como diferentes pontos-de-vista (ou filosofias) levam a diferentes educações, examina como melhorar tanto a filosofia quanto a educação.

Abaixo estão catorze afirmações que exprimem ou envolvem uma filosofia. Pede-se que, a respeito de cada uma, responda-se às seguintes questões:

- a) Que posição oposta ou ponto-de-vista pretende a afirmação combater ou corrigir?
 - b) Que classe ou interesse social ou que visão da vida pretende a afirmação sustentar?
 - c) Que espécie de sistema educacional (em contraste com outros) exigiria a posição do autor? (Se a afirmação se refere à educação, responda que espécie de sociedade o autor sustentaria).
 - d) Se você desejasse atacar (ou defender) a afirmação, com qual dos pressupostos do autor começaria?
1. "Jurei no altar de Deus eterna hostilidade a toda e qualquer forma de tirania sobre o espírito humano".
 2. "O indivíduo é apenas o meio de realizar o nobre fim do Estado".
 3. "Muitos deverão para sempre cavar, tecer e forjar para que os poucos possam saber e pintar e escrever".
 4. "O perigo maior que defronta os jovens não é nenhuma tentação ao radicalismo, mas o soporífico do convencionalismo. Eles nos imitam demais e não de menos; ah! como são poucos os conscientes de nossos defeitos e faltas. A melhor política é a de aumentar tanto quanto possível o número de jovens com capacidade crítica".
 5. "Subordinar a alma fundamentalmente à sociedade ou o indivíduo ao Estado é puro barbarismo".
 6. "Propósito ou intenção, como conceito psicológico, não se presta ao controle da conduta. Desde que o propósito ou intenção

é algo que se passa no indivíduo, não sabemos como formá-lo ou estimulá-lo. Mas o conceito de resposta condicionada leva imediatamente a um método de contróle. Tal conceito dá à educação uma técnica".

7. "Uma escola feita para João e José é quase sempre uma escola má, enquanto uma escola feita para aritmética é quase sempre uma boa escola".
8. "As diferenças entre os homens são devidas principalmente a diferenças nas células germinais. As classes sociais são portanto ordenadas pela natureza".
9. "O professor de escola pública é o representante e o funcionário do Estado tal como existe (grifado no original). Não foi nomeado para examinar os campos controvertidos da economia política".
10. "Ação inteligente é o recurso último e final da humanidade em todo e qualquer campo da vida".
11. "A essência do processo de aprendizagem é descoberta, o contínuo fazer de algo novo".
12. "Moral autoritária é moral cega".
13. "Um cidadão patriótico deve estar pronto para se dar de todo coração a qualquer apêlo que o Estado julgue lhe deva dirigir".
14. "Eu estou certo e você está em êrro. Quando você estiver no poder, é seu dever tolerar-me porque estou certo. Quando estiver eu no poder, meu dever será perseguí-lo porque você está errado".

B. Escreva um ensaio sôbre êste tópicô:

Source-Book in Philosophy of Education: 10, 13, 17, 20, 21, 23, 41, 49, 74, 76.

* * * * *
* * *
*